

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADO

REQUERIMENTO Nº 2017

(Do Sr. Paulo Teixeira).

Requer a realização de duas reuniões técnicas de grupo de trabalho com especialistas em Justiça Restaurativa, no âmbito desta Comissão Especial.

Nos termos dos arts. 24, incisos III e VII, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho requerer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão Especial, a realização de duas reuniões técnicas para subsidiar o trabalho de elaboração do Parecer do Relator-parcial, Deputado Paulo Teixeira, com os seguintes especialistas:

- Petronella Maria Boonen -Doutora e mestra em sociologia da educação pela Universidade de São Paulo/USP com tese sobre Justiça Restaurativa;
- Egberto Penido - juiz de SP, especialista em justiça restaurativa;
- Marcelo Salmaso - juiz de SP, especialista em justiça restaurativa;
- Leoberto Brancher - Juiz de RS, especialista em justiça restaurativa;
- Marta Machado - professora da GV/Direito, especialista em direito penal;
- Talles Andrade de Souza - Coordenador-Geral de Alternativas Penais/ MJ;
- Afonso Armando Konzen - procurado de justiça aposentado (RS), especialista de justiça restaurativa;
- Daniel Achutti - advogado, membro da Comissão de mediação e práticas restaurativas da OAB/RS, Mestre e Doutor em Ciências Criminais pela PUCRS.Pós-Doutorando pela Universidade de Leuven (Bélgica), junto ao Instituto de Criminologia de Leuven – Faculdade de Direito.
- Luis Fernando Bravo - advogado, possui mestrado (MAS) em Estudos de Paz e Transformação de Conflitos (Universidade da Basiléia - Suíça).
- Raquel Lima - ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania)
- Marina Dias - advogada, formada em mediação de conflitos e justiça restaurativa, ex-presidente e atualmente Conselheira do IDDD, conselheira

do Conselho da Ouvidoria da Defensoria Pública de SP e colaboradora do CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo.)

Sala da Comissão, em 9 de junho de 2015.

PAULO TEIXEIRA

Deputado Federal – PT/SP